

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.767 - DF (2020/0035101-3)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : GLORIA MARIA CAETANO DE ARAUJO
ADVOGADO : LUISMAR RIBEIRO PINTO - DF044411
IMPETRADO : MINISTRO DA ECONOMIA
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado por Glória Maria Caetano de Araújo contra ato do Ministro da Economia, "objetivando, em sede precária e definitiva, que seja determinado à Autoridade IMPETRADA o desarquivamento do Processo Administrativo de n.º 46050.001709/93-10, encaminhando-o para análise de mérito do pedido de anistia formulado pela IMPETRANTE em 1993 e em 23/08/1994".

Aduz a impetrante que o que a motivou a interpor este Mandado de Segurança "foi o conhecimento tardio, ainda que informal da decisão que indeferiu o seu direito líquido e certo, ou seja, ver o seu pedido de anistia analisado pela Comissão Especial Interministerial – CEI, instituída a partir da Lei nº 8.878/94".

Requer a concessão da medida liminar, por entender presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Manifesta ainda:

A IMPETRANTE requer decisão liminar, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei 12.016/2009, para que determine que o MINISTRO DA ECONOMIA desarquive o Processo Administrativo de n.º 46050.001709/93-10 e o leve à revisão conforme dispõe o Decreto nº5.115/2004, assegurando à impetrante revisão da decisão que indeferiu o seu pedido, seja através da Coordenação-Geral de Normas de Empregados Públicos, Militares e Ex-territórios da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (art. 4º do Decreto 9.261, de 08 de janeiro de 2018) ou outro setor responsável para dirimir as questões residuais da extinta Comissão Especial Interministerial – CEI.

A IMPETRANTE demonstrou o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Há o direito e a urgência, pois sem uma medida liminar o MINISTRO DA ECONOMIA não determinará à Coordenação-Geral de Normas de Empregados Públicos, Militares e Ex-territórios da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o desarquivamento de seu processo administrativo e a IMPETRANTE continuará sem ver seu direito restabelecido.

A demora em desarquivar o referido processo administrativo e leva-lo a julgamento manterá a IMPETRANTE sem ver seu processo analisado e ferindo o seu direito disposto na Lei nº 8.878/1994.

O Ministro Presidente do STJ deferiu a gratuidade de justiça às fls. 25, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, quais sejam, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos na peça vestibular; e o *periculum in mora*, evidenciado pela possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Assim, para o deferimento do pleito acautelatório é indispensável a demonstração inequívoca da existência de risco de inutilidade do provimento jurisdicional caso a tutela não seja deferida *in limine*, o que não ocorre na espécie.

No caso, em exame perfunctório permitido nesta seara processual, a despeito do eventual relevo que se possa atribuir aos argumentos veiculados na petição inicial em defesa do direito pretendido, não ficou demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, na medida em que a impetrante não demonstra, suficientemente, o risco de inutilidade do provimento jurisdicional na hipótese de não deferimento da liminar.

Ademais, a liminar postulada confunde-se com o mérito da própria impetração, caracterizando o caráter satisfativo do pedido, a inviabilizar a concessão da medida.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido de liminar.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações no prazo de 10 (dez) dias (art. 7.º, I, da Lei 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7.º, II, da Lei 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei 12.016/2009).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator